

Por General da Reserva Luiz Eduardo Rocha Paiva

O Movimento Cívico em 15 de março de 2015 levou milhões de brasileiros às ruas e evidenciou o sentimento de revolta da maioria da Nação, como mostraram as pesquisas de confiança no governo após as gigantescas manifestações. O mais grave é que Dilma e as lideranças políticas não têm vontade nem credibilidade para realizar as mudanças, mais morais do que econômicas, que o Brasil tanto precisa. Daí, fingirem não entender o brado das ruas. Portanto, em 12 de abril, é preciso um tsunami popular muito maior.

O contexto assemelha-se aos idos de 1964, como se constata adiante, mas o desfecho tem de ser outro. Naquela época, em um Brasil politicamente imaturo, mergulhado em um caos político, econômico e social e com instituições fracas, o presidente Jango aliara-se ao ilegal PCB, subordinado ao Partido Comunista da URSS, para implantar uma ditadura socialista-sindicalista. O líder do PCB dissera que o partido estava no governo e só lhe faltava o poder e que o Brasil disputava a glória de ser o segundo país do continente a implantar o socialismo. Em uma sociedade religiosa e conservadora, isso gerou desconfiança, insegurança e reação, afastando do governo a classe média, Igreja, imprensa, Forças Armadas (FA) e a maioria dos políticos e da população. As gigantescas Marchas da Família em todo País exigiram a intervenção das FA, únicas instituições então capazes de impedir uma guerra civil revolucionária. Jango tivera forte respaldo nacional para tomar posse em 1961, mas não teve nenhum apoio das instituições, dos partidos e do povo em 1964.

Hoje, as instituições de maior credibilidade ainda são as FA, mas não se quer uma volta ao passado. A Nação há de mostrar maturidade e vontade para impor a moralidade e defender a liberdade, mantendo a democracia. Se necessário, as FA cumprirão sua missão constitucional, protegendo os brasileiros da violência de bandos como o exército de stedile, convocado por Lula em declaração pública inconsequente e inaceitável de um ex-presidente da República. Nesse emprego, as FA enfrentarão resistências no próprio governo, mas seus comandantes, embora saibam que devem obediência e respeito a escalões superiores, têm consciência de que silêncio e omissão são injustificáveis se propiciarem graves danos à Nação, esta sim credora da lealdade das FA.

Ao PT não importa a derrocada moral, econômica e política do País desde que mantenha o poder, como reza a doutrina socialista. A corrupção sugou exponencialmente a riqueza nacional após a ascensão de governos petistas. O PT faliu o País, não assume a culpa e cobra do povo a conta pelo prejuízo causado. Lula e Dilma não investiram em programas de longo

prazo na infraestrutura, educação, ciência e tecnologia, saúde e produção de bens de alto valor agregado, bases seguras de desenvolvimento. Dilapidaram recursos em programas populistas eleitoreiros, calcados em recursos de valor variável, oriundos de commodities que não garantem o progresso sustentado. Aplicam a estratégia gramscista para manter o poder, conduzindo o Programa Nacional de Direitos Humanos pelo qual buscam enfraquecer a família, as FA, os poderes Legislativo e Judiciário, amordaçar a mídia e controlar a sociedade por meio de órgãos (soviets tropicais) aparelhados pelo PT, criados no Decreto nº 8.243/2014, ainda não derrubado no Senado. Querem transformar o País em uma ditadura socialista, macaqueando a república bolivariana da Venezuela, obedientes ao Foro de São Paulo, que pretende ressuscitar na América Latina o vampiro vermelho que sugou a Europa Oriental por décadas e cujo triste resultado só os cérebros hermeticamente programados da (des)intelligentsia esquerdista não entendem ou não reconhecem.

Um longo processo de relativização de valores anestesiou a sociedade, que se omitiu e assumiu ou aceitou a falta de ética e o desprezo aos valores tradicionais. O cidadão contentou-se com a satisfação de necessidades básicas e a falsa noção de liberdade, que usa sem responsabilidade e disciplina, tornando-a um bem ilusório. Essa doença moral não será curada por partidos políticos desmoralizados ou por eleições incapazes de aperfeiçoar, por si só, a democracia como se tenta iludir a Nação.

Porém, a dose do remédio para domesticar a Nação foi além do suportável e os efeitos colaterais nos campos da moralidade e da economia geraram a reação popular que abalou o processo liberticida de socialização do País. Um grande obstáculo ao êxito da reação moral e democrática é o amplo poder político de lideranças do Executivo e do Legislativo, carcomidas seja pelo radicalismo, seja pelo patrimonialismo e corrupção. Usurpam os bens públicos como se fossem de sua propriedade e escarnecem da Nação mentindo sobre as manobras imorais com que assaltam impunemente o tesouro nacional. Em altos escalões do Judiciário, o aparelhamento político compromete a credibilidade para julgar escândalos como o do petrolão, onde estão envolvidas lideranças de peso.

Em 2015, o que levou a população à revolta? A crise moral (corrupção, mentira, engodo), o amor à democracia ou a dor no bolso (inflação, recessão, desemprego)? Se o último motivo for o decisivo, equacionada a crise econômica, a Nação abandonará as ruas, permitindo a consolidação do projeto socialista do PT. Assim, o choque de valores terá de vir da sociedade, ser aplicado nela própria, assimilado pelas famílias e por um sistema educacional moral e profissionalmente recuperado, capaz de formar cidadãos cientes de que liberdade sem disciplina e integridade é anarquia que esgarça o tecido social.

Neste vazio de lideranças políticas patrióticas, a quem confiar o futuro do Brasil? Como ninguém tem a resposta, a pressão não pode cessar. Desperta Brasil! É a Nação que tem que salvar-se a si mesma. Em 12 de abril, ela ecoará: "a nossa Bandeira jamais será vermelha!"; e "Vem prá rua!". Compareça de verde-amarelo e em paz, mas com firme atitude e inabalável decisão.